

ISABELLA MOSCATELLI DOS REIS FERREIRA

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS SEIS MAIORES BANCOS NO BRASIL NO
PERÍODO DE 2000-2010

Monografia apresentada como requisito parcial à
conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor
de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal
do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Abranches Silva
Dalto

CURITIBA
2012


TERMO DE APROVAÇÃO

ISABELLA MOSCATELLI DOS REIS FERREIRA

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS SEIS MAIORES BANCOS NO BRASIL
NO PERÍODO DE 2000-2010

Monografia aprovada como requisito parcial à conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

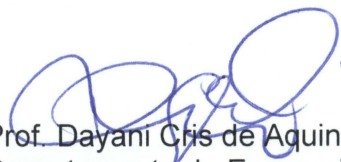
Orientador:



Prof. Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Dr. José Guilherme Silva Vieira
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Dayani Cris de Aquino
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 16 de Outubro de 2012

RESUMO

A internacionalização bancária iniciada na década de 90 proporcionou ao Brasil um aumento da participação estrangeira no Sistema Financeiro Nacional. Contribuiu também com a concentração bancária, onde apenas seis instituições detém grande parte dos ativos do Sistema Financeiro Nacional. O objetivo deste trabalho é verificar através de um levantamento de alguns indicadores, o comportamento desses seis bancos no que diz respeito à estrutura, conduta e desempenho no período de 2000 a 2010, bem como explicar os motivos que fizeram com que os bancos brasileiros se comportassem diferentemente dos bancos americanos e europeus após a eclosão da crise de 2008.

Palavras-Chave: Internacionalização. Concentração Bancária. Sistema Financeiro Nacional. Indicadores dos Bancos

ABSTRACT

In the mid 90's the internationalization of banking provoked a rise in foreign participation in Brazil's National Finance System. The same internationalization triggered a bank concentration where only six financial institutions hold most of the assets from National Finance System. Based on some statistics, this study aims to analyse the behaviour (structure, conduct and performance) of these six financial institutions in the period between 2000 and 2010 as well as to explain the motives by which Brazilian banks had behaved differently to American and European banks after the outbreak of the 2008 financial crisis.

Key Words: Internationalization. Bank Concentration. National Finance System. Banking Statistics.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1 TEORIA KEYNESIANA.....	7
2.1.1 A formação das expectativas.....	8
2.1.2 A preferência pela liquidez.....	9
2.2 TEORIA MINSKYANA.....	10
2.2.1 Hipótese da instabilidade Financeira	11
2.2.2 Posturas financeiras.....	12
2.2.3 Sistema Bancário	14
2.2.4 Alavancagem dos bancos	15
3 INTERNACIONALIZAÇÃO DOS BANCOS NO PERÍODO PÓS REAL	17
4 INDICADORES DOS BANCOS	23
4.1 ÍNDICE DE EFICIÊNCIA	23
4.2 ÍNDICE DE LIQUIDEZ	25
4.3 ÍNDICE DE RENTABILIDADE	26
4.4 GRAU DE ALAVANCAGEM	28
5 CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

O sistema financeiro brasileiro passou por profundas transformações nas últimas décadas no que diz respeito à participação de empresas estrangeiras. Embora o financiamento externo sempre tenha sido elevado, a participação de bancos estrangeiros no varejo era bastante pequena, até que foi aberto para as instituições financeiras estrangeiras atuarem dentro de suas fronteiras.

A crescente onda de internacionalização ocorreu a partir de meados da década de 90, através das transformações que ocorreram com a desregulamentação financeira realizada pela reforma bancária de 1988, e a diminuição das barreiras para a entrada dos bancos estrangeiros após o Plano Real.

A adoção do Plano Real em 1994 trouxe ao país uma estabilidade econômica até então desconhecida, já que o país era dominado pela alta inflação. Com o controle inflacionário, os bancos perderam uma de suas principais fontes de ganhos, vendo a necessidade de aumentar suas operações com crédito para compensar a perda nos lucros.

Nesse período, o Brasil começava a sentir os impactos da crise ocorrida no México, o que fez o país adotar políticas mais contracionistas. Tais políticas afetaram duramente bancos que estavam menos líquidos, por terem adotado políticas de crédito mais agressivas, tentando reaver os lucros perdidos com a estabilização, como por exemplo, o Banco Nacional, e o Econômico. (CORAZZA; OLIVEIRA, 2007)

A situação econômica nesta época estava caminhando em direção à instabilidade, o que fez com que o governo adotasse políticas de prevenção para a crise que se alastrava. Os programas PROER e o PROES foram medidas que o governo utilizou como forma de reestruturar e fortalecer o sistema financeiro.

Esses programas permitiram uma maior participação de bancos estrangeiros no sistema financeiro brasileiro e evitou que o país viesse enfrentar uma crise bancária. Contudo, contribuiu para um sistema mais concentrado, visto que inúmeras instituições foram extintas, incorporadas e absorvidas, inclusive por instituições estrangeiras.

O processo de fusões e aquisições não ocorreu somente nesse período de abertura ocorrido nos anos 90. Houve recentes incorporações como a do Santander

e Real e a do Itaú e Unibanco que contribuíram ainda mais para um sistema financeiro concentrado, pois as maiores instituições financeiras no Brasil atualmente são: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Bradesco, Santander e HSBC. Instituições estas que em 2010 participavam com 68% dos ativos do Sistema Financeiro Nacional.

O objetivo deste trabalho é verificar o comportamento desses bancos no que diz respeito à estrutura, conduta e desempenho deles durante a década de 2000, período este que se desenvolveu a crise de 2008. Sendo que a principal questão é entender o porquê não se desenvolveu no Brasil uma crise financeira tal qual a americana ou a europeia.

Para o desenvolvimento deste trabalho, adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, tendo como base a literatura dos pensadores econômicos mais relevantes para o assunto abordado.

Foram utilizadas na elaboração desta pesquisa, publicações, livros, artigos científicos, textos para discussão, dissertações de mestrado, relacionados ao sistema financeiro. Além de informações obtidas junto ao Banco Central, no que diz respeito aos dados das instituições pesquisadas neste trabalho. Estas informações foram obtidas através das internet, por meio de consulta ao banco de dados disponíveis no web site desta instituição.

O texto está dividido em quatro capítulos, além desta introdução. No segundo deles é feita uma revisão da teoria de Keynes, expondo suas ideias a respeito do comportamento das instituições econômicas a partir da formação de expectativas em condições de incerteza e da preferência pela liquidez. Dando continuidade a este capítulo, será apresentada as ideias de Minsky, no que diz respeito a as posturas financeiras e alavancagem bancária. No capítulo 3 será apresentada uma breve contextualização histórica da internacionalização bancária, bem como dos impactos da estabilização econômica trazida pelo Plano Real. O capítulo 4 apresenta alguns índices que refletem o comportamento dos bancos analisados nos anos 2000. Finalmente no capítulo 5 é feita uma conclusão com as principais sínteses da análise.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo a visão pós-keynesiana, os bancos são mais do que intermediários financeiros, eles são capazes de criar crédito, mesmo sem a existência de depósitos prévios, por meio da criação de moeda bancária. Os bancos tem um papel fundamental na economia, pois ao ofertar o crédito, estas instituições criam um novo poder de compra necessário à aquisição de ativos de capital (PAULA, 1997).

Neste capítulo, serão apresentados alguns conceitos fundamentais para o comportamento dos bancos diante de uma economia dinâmica e incerta. Será usado os conceitos de formação de expectativas, incerteza e preferência pela liquidez formulados por Keynes em sua Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda. A teoria da instabilidade financeira de Hyman Minsky será usada como uma especificação da teoria de Keynes em relação ao comportamento específico dos bancos numa economia capitalista.

2.1 TEORIA KEYNESIANA

Para Keynes o investimento é fator essencial para a atividade econômica, “deste modo, o ponto de vista já antiquado de que a poupança sempre supõe investimento, embora incompleto e enganoso, é certamente mais justo que a ideia moderna segundo a qual pode haver poupança sem investimento ou investimento sem poupança ‘genuína’”. (KEYNES, 1992,p.78)

Para Keynes, a poupança seria o resultado do investimento visto que não seria possível poupar sem que se tivesse adquirido algum valor ativo, seja na forma de dinheiro, débito ou bens de capital, e “ para que alguém possa adquirir um bem que antes não possuía, é necessário que outro bem de valor igual se crie...”(KEYNES, 1992 p.77). Ou seja, o investimento pode ser gerado sem a necessidade previa de poupança.

De acordo com esta abordagem, os bancos tomam suas decisões de acordo com as expectativas futuras, levando em conta a situação em que a economia se encontra para que suas decisões sejam baseadas na busca por maior liquidez ou rentabilidade.

2.1.1 A formação das expectativas

Keynes em sua teoria geral aborda a formação de expectativas dos agentes, que é essencial para determinar a renda esperada de um indivíduo. Para ele, as expectativas das rendas esperadas são geradas de acordo com fatores mais conhecidos, ou por fatores ainda desconhecidos.

As considerações sobre as quais se baseiam as expectativas de rendas esperadas são, em parte, fatos existentes que se pode supor sejam conhecidos mais ou menos com certeza e, em parte, eventos futuros que podem ser previstos com um maior ou menor grau de confiança. Entre os primeiros, destaca-se o volume existente dos vários tipos de bens de capital e ativos de capital em geral, bem como a intensidade da procura atual dos consumidores no tocante a artigos que requerem, para que sua produção seja eficiente, uma assistência maior de capital. Entre os segundos, figuram as mudanças do tipo e da qualidade do estoque dos bens de capital e as preferências dos consumidores, a intensidade da procura efetiva nos diversos períodos da vida do investimento considerado e, por fim, as variações da taxa de salário em termos nominais que podem ocorrer durante o respectivo período. (KEYNES, 1992, p. 123)

Todavia, para Keynes a formação das expectativas de longo prazo são tomadas mais com base nos fatores desconhecidos, do que nos fatores que são conhecidos, o que seria desproporcional, pois segundo ele:

Seria insensato, na formação de nossas expectativas, atribuir grande importância a tópicos que para nós são muito incertos. É, portanto, razoável que nos deixemos guiar, em grande parte, pelos fatos que merecem nossa confiança, mesmo se sua relevância for menos decisiva para os resultados esperados do que os outros fatos a respeito dos quais o nosso conhecimento é vago e limitado. (KEYNES, 1992, p. 124)

Desta forma as decisões são tomadas com base nas previsões de acontecimentos futuro, mas também são guiadas pela confiança com que se tem nos fatores conhecidos.

Até a criação das bolsas de valores, as decisões de investimento que de certa forma não poderiam ser revogadas num curto prazo, eram baseadas nas expectativas de longo prazo, porém com a sua criação, a avaliação diária dos investimentos, fez com que fosse mais fácil reavaliar as aplicações, “é como se um agricultor, tendo examinado seu barômetro após o café da manhã, pudesse decidir retirar seu capital da atividade agrícola entre as dez e as onze da manhã, para reconsiderar se deveria investi-lo mais tarde” (KEYNES, 1992 p. 126).

De acordo com Keynes, as reavaliações que ocorrem com frequência nos mercados organizados das bolsas de valores proporcionam a facilidade de reavaliar

os investimentos, e efetuar modificações caso exista a possibilidade de ocorrer alterações, todavia contribuem também para um sistema suscetível a crises, pois “é a sua precariedade que cria uma parte considerável do problema contemporâneo de obtenção de um volume suficiente de investimento”. (KEYNES, 1992, p. 127)

Para Keynes, não é suficiente apenas crer nas expectativas mais prováveis, ou seja, na esperança matemática, é necessário que haja também otimismo, pois é importante que as previsões esperadas sejam suportadas pelo otimismo. Segundo ele, o fator psicológico afeta não só as crises, como também a prosperidade econômica, pois elas dependem “excessivamente de um clima político e social que satisfaça ao tipo médio do homem de negócios”. (KEYNES, 1992, p. 133).

No entanto não se pode deduzir que os fatores psicológicos tem mais relevância que a expectativa de longo prazo, pois esta é mais estável. Apenas é importante reconhecer que não basta apenas se basear nas expectativas, e deixar de lado o fator de otimismo, nas palavras de Keynes:

o nosso impulso inato para a atividade é que faz girar as engrenagens, sendo que nossa inteligência faz o melhor possível para escolher o melhor [...] calculando sempre que se pode, mas retraindo-se, muitas vezes, diante do capricho, do sentimento ou do azar. (KEYNES, 1992, p. 134).

2.1.2 A preferência pela liquidez

Segundo Keynes, um indivíduo se depara apenas com duas decisões a serem tomadas com relação as suas preferências psicológicas, qual quantidade de renda será consumida no presente, e de que forma irá conservar a renda destinada ao consumo futuro. Desta forma o indivíduo poderá conservar essa parte da renda destinada ao consumo futuro sob a forma líquida (dinheiro), ou poderá investir essa parte da renda em ativos que poderão ser consumidos futuramente. A quantia que preferem manter sob a forma de dinheiro representa a sua preferência pela liquidez.

Esse conceito de Preferência pela liquidez, está diretamente relacionado à taxa de juros, pois para Keynes (1992, p. 137), a taxa de juros “é a recompensa pela renúncia à liquidez por um período determinado”. Ou seja, ela é representada pela quantia que será obtida, pelo fato de desistir por um tempo do dinheiro sob a forma líquida.

A razão para manter os recursos sob a forma líquida é a existência da incerteza quanto ao futuro das taxas de juros, pois dependendo da forma que estas taxas variam, poderá ocorrer perdas para os indivíduos, e mantendo alguma forma de riqueza em dinheiro, o indivíduo poderá obter vantagens caso a taxa futura seja maior que a presente.

A preferência pela liquidez pode ser definida com base em três motivos que determinam a demanda por moeda, a saber: motivo-transação, que se divide em (motivo-renda e motivo-negócios), motivo-precaução e motivo-especulação.

O motivo-renda corresponde à retenção de moeda de forma que sejam garantidos o recebimento e o desembolso da renda. É a quantia de dinheiro necessária para manter os gastos pessoais.

O motivo-negócios tem relação com a atividade empresarial, esse motivo corresponde à quantidade de moeda necessária para garantir o intervalo entre os gastos de produção e a realização das vendas.

O motivo-precaução é destinado para atender as situações inesperadas e também para possibilitar oportunidades de bons negócios.

O motivo especulação corresponde à retenção de moeda com a finalidade de se obter lucros com a oscilação dos preços dos títulos, ocasionados pela variação das taxas de juros.

De acordo com Keynes, quando não há mercados organizados, a preferência pela liquidez pelo motivo precaução seria grande, "ao passo que a existência de um mercado organizado proporcionaria a oportunidade de amplas flutuações de preferência pela liquidez, devida ao motivo de especulação" (KEYNES, 1992, p. 139).

2.2 TEORIA MINSKYANA

As ideias do economista Hyman Minsky são essenciais como complemento a teoria Keynesiana. Nesta sessão serão abordadas as ideias desse autor no que diz respeito a um de seus últimos trabalhos: Estabilizando uma economia instável. O

objetivo específico desta sessão é o de descrever o comportamento dos bancos, conforme Minsky, que emerge a partir das ideias de Keynes sobre o comportamento dos agentes em geral numa economia monetária de produção.

2.2.1 Hipótese da instabilidade Financeira

A nossa economia não se comporta sempre da mesma forma, ela está em constante mudança devido às práticas e compromissos financeiros que mudam com o passar do tempo. As práticas financeiras são resultados dos pagamentos dos compromissos financeiros, e estes são reflexos das condições do mercado e das expectativas que estavam presentes quando esses compromissos foram assumidos. O pagamento desses compromissos muda com o passar do tempo, de acordo com as condições da economia (MINSKY, 2010, p. 277).

De acordo com Minsky, essas mudanças que ocorrem na economia são originadas das inovações financeiras, e estas inovações são responsáveis por grandes fortunas, quando são bem sucedidas. Todavia são estas inovações que sempre são copiadas por imitadores que causam grande parte dos problemas de instabilidade financeira (MINSKY, 2010, p. 275-276).

A forma como os compromissos financeiros afetam a economia é analisado de acordo com a abordagem de fluxos de caixa das unidades como se estas fossem bancos, sejam elas corporativas, individuais, ou governos. Os fluxos de caixa são responsáveis por garantir a liquidez e a solvência das unidades no que diz respeito ao pagamento dos compromissos assumidos (MINSKY, 2010, p. 277).

Minsky em sua teoria descreve três tipos de fluxo de caixa. Fluxos de receita, de balanços financeiros e de carteira de títulos. (MINSKY, 2010, p. 279).

Fluxos de caixa de receita correspondem aos salários tanto públicos como privados, aos pagamentos recebidos pela venda de produtos, aos lucros brutos nos negócios que são resultados dos processos de produção.

Fluxos de caixa de balanços financeiros correspondem a obrigações financeiras já existentes ou herdadas, ocorrem por causa das dívidas e juros e geralmente são determinados pelos instrumentos de dívida que são os contratos.

Fluxos de caixa de carteira de títulos resultam das transações com bens de capital e ativos financeiros quando estes mudam de propriedade. São resultados da compra e venda de ativos ou da emissão de novas obrigações em circulação. Podem também ser resultado de compromissos financeiros anteriores.

2.2.2 Posturas financeiras

Segundo Minsky a instabilidade financeira de uma economia está diretamente ligada à importância dos fluxos de caixa (MINSKY, 2010 p.283).

Se as receitas advindas dos fluxos de caixa forem suficientes para honrar os compromissos previamente assumidos, a unidade se caracteriza como tendo uma postura *hedge*. No entanto, para as unidades em que os fluxos de caixa não são suficientes para honrar os compromissos, de forma que a maneira para pagar as dívidas é por meio do rolamento de dívidas, estão inseridas na postura especulativa. Já as unidades que se endividam mais para pagar as dívidas previamente existentes estão envolvidas na postura Ponzi. Nas palavras de Minsky:

Uma economia na qual os fluxos de receita são dominantes em honrar compromissos de balanço é relativamente imune a crises financeiras; é financeiramente robusta. Uma economia na qual transações de carteiras de títulos são amplamente usadas para obter meios de se fazer pagamentos no balanço, pode estar predisposta a crises: é pelo menos, financeiramente frágil em potencial (MINSKY, 2010 p. 283).

De acordo com Minsky, os bancos comerciais não se enquadram em sistemas *hedge*, pelo fato que empresas e bancos que se enquadram nesse sistema, não podem possuir um volume grande de dívidas à vista. Essas dívidas não podem ser tão altas em comparação com as obrigações da empresa (MINSKY, 2010 p. 287).

Os bancos comerciais estão enquadrados em sistemas especulativos. Empresas e bancos que se envolvem nesses sistemas esperam que os

recebimentos dos períodos futuros sejam maiores que as dívidas já existentes. “O sistema especulativo envolve o financiamento de curto prazo para posições compradas” (MINSKY, 2010 p. 287).

Os bancos e empresas que estão enquadrados em sistemas Ponzi, em alguns momentos são similares aos que estão nos sistemas especulativos. Todavia, em outros períodos de curto prazo, os pagamentos de rendimentos para os investidores são maiores que os recebimentos esperados, sendo necessário aumentar as dívidas já que os custos são maiores que as receitas (MINSKY, 2010 p. 288).

As margens de segurança e a possibilidade de que distúrbios ocorram são determinantes para os sistemas financeiros. Nas palavras de Minsky:

Todas as empresas, independente de utilizarem esquemas *hedge*, especulativo ou Ponzi – estão vulneráveis aos desenvolvimentos econômicos que reduzem o fluxo de caixa dos bens. Uma queda na receita a partir de operações, ou o não pagamento de dívidas devidas a uma empresa que utilize o sistema *hedge* pode transformá-la em especulativa. Para que algo saia errado numa empresa do tipo *hedge*, é preciso que em outras áreas da economia as coisas também não estejam indo bem [...] Por outro lado, as empresas que usam esquemas especulativos ou Ponzi estão vulneráveis a mudanças nas taxas de juros – ou seja, aos desenvolvimentos no mercado financeiro – do mesmo modo que a eventos relativos aos produtos e fatores de mercado: elevações nas taxas de juros irão aumentar os compromissos de fluxo de caixa sem aumentar as receitas em perspectivas [...] Quanto maior o peso dos sistemas financeiros baseados em esquemas como o especulativo e o Ponzi, menor as margens gerais de segurança na economia e maior a fragilidade da estrutura financeira. (MINSKY, 2010 p. 290-291).

O processo de financiamento dos investimentos é essencial no desempenho de nossa economia. Períodos em que ocorrem o *boom* de investimentos geralmente são precedidos por períodos em que a economia estava robusta. Quando ocorrem aumentos excessivos nos investimentos, a economia começa a caminhar em direção a sistemas especulativos e Ponzi, de modo que o sistema financeiro torne-se instável (MINSKY, 2010 p. 297).

2.2.3 Sistema Bancário

Os ciclos de investimentos são naturais nas economias capitalistas. Os investimentos são financiados por capital próprio, ou por meio de capital de terceiros. Os bancos são as organizações que possibilitam que os investimentos sejam financiados quando não se possui o capital próprio (MINSKY,2010 p. 306).

De acordo com Minsky, o dinheiro é criado pelos bancos a medida que estes disponibilizam o financiamento direcionado ao investimento de forma que esse dinheiro é transformado em demanda efetiva. Os tomadores do empréstimo se responsabilizam em pagar ao banco o valor emprestado, esperando que as quase rendas geradas pelos bens de capital sejam suficientes para honrar esse compromisso (MINSKY,2010 p. 307).

Os bancos emprestam não apenas o que possuem em seus cofres. Eles fazem os empréstimos esperando que no momento do recebimento desses valores, possam honrar com os seus compromissos. O sistema bancário é flexível no sentido de não estarem dependentes do que possuem para poder emprestar, mais sim em face da incerteza com relação o recebimento do que foi emprestado (MINSKY,2010 p. 308).

Segundo Minsky, os bancos são inovadores, e sua atividade é rentável e dinâmica. Para entender o seu funcionamento é importante observar que “o dinheiro, o sistema bancário e as finanças não podem ser entendidos se não se levar em conta a evolução e a inovação financeira: o dinheiro é, na verdade, uma variável determinada de maneira endógena – a oferta responde à demanda, não sendo algo mecanicamente controlado pelo FED” (MINSKY,2010 p. 310).

O negócio do banco não é emprestar dinheiro, pois para isso seria necessário que ele possuísse esse dinheiro. Na verdade a atividade do banco é o aceite da dívida, ou seja, o banco aceita pagar a uma dívida, caso o tomador do empréstimo não possa fazer. Essa aceitação pode ser vendida em mercados interbancários, por esse motivo que os bancos podem assumir compromissos mesmo que não tenham fundos para fazê-los (MINSKY,2010 p. 313).

Os bancos estão no negócio para lucrar. Eles “alavancam seu patrimônio com dinheiro alheio, e seu lucro é derivado de taxas para aceitação de dívidas, fundos consignados, serviços diversos” (MINSKY,2010 p. 314).

2.2.4 Alavancagem dos bancos

De acordo com Minsky, a alavancagem bancária é a razão entre seus ativos e seu patrimônio e indica o quanto de dívidas de outras unidades um banco pode aceitar. Também pode ser entendida como “ o uso do dinheiro alheio na aquisição de bens” (MINSKY,2010 p. 321).

Os bancos estão em constante busca por lucros cada vez maiores. Desta forma, quando a economia encontra-se em um período de estabilidade, os bancos tendem a alavancar suas posições emprestando mais, de forma a acomodar a demanda de financiamento pelos tomadores. Bancos que se alavancam mais tendem a crescer mais rápido (MINSKY,2010 p. 321).

No entanto, a economia mesmo em períodos de estabilidade é vulnerável, e quando aumentam os empréstimos para financiar os investimentos, proporcionados pela alavancagem dos bancos, a economia caminha em direção à instabilidade. Nas palavras de Minsky:

A maior proporção de alavancagem bancária foi parte do processo que moveu a economia em direção à fragilidade financeira, pois facilitou um crescimento na tomada de empréstimos de curto prazo (e na alavancagem) pelos clientes: a proporção de alavancagem dos bancos e a importação de esquemas especulativos e Ponzi são dois lados da mesma moeda em uma economia (MINSKY, 2010 p.324).

Keynes e Minsky tratam de forma semelhante o fato da estabilidade gerar a instabilidade. Quanto maior a confiança que se tem no correto andamento das coisas, menor a preferência pela liquidez, ou seja, os bancos incorrem em maiores riscos. Todavia em momentos de instabilidade e incerteza dá se preferência por manter margens de segurança, como diz Minsky, ou ainda segundo Keynes,

aumentam a preferência pela liquidez, como forma de tentar trazer a economia para uma postura mais robusta.

Quando a economia se depara com momentos de instabilidade, ela tende a ser mais conservadora, porém quando está em períodos de estabilidade, age de forma menos avessa ao risco. Desta forma, a economia sempre caminhará neste círculo vicioso, de períodos estáveis a instáveis.

3 INTERNACIONALIZAÇÃO DOS BANCOS NO PERÍODO PÓS REAL

No início dos anos 90 o sistema bancário brasileiro começou um processo de internacionalização. Esse processo de transformações decorreu em parte da desregulamentação financeira realizada pela reforma bancária de 1988, com a criação dos bancos múltiplos e diminuição das barreiras para a entrada dos bancos estrangeiros. Além dessas mudanças estruturais do sistema financeiro, a estabilização da economia brasileira através do plano Real também foi um fator de grande importância para a entrada dos bancos estrangeiros na economia.

A Constituição Federal de 1988 proibiu a entrada de capital estrangeiro no setor bancário. Porém foi deixada uma lacuna, que permitia a participação estrangeira no setor financeiro brasileiro quando essa entrada atendesse aos interesses nacionais, por reciprocidade a outro país ou ainda em função de acordos internacionais (CORAZZA; OLIVEIRA, 2007).

Desta forma, a partir desse argumento o governo brasileiro resolveu flexibilizar a entrada de bancos estrangeiros, pois essa seria uma boa estratégia para aumentar a eficiência operacional, pois introduziriam novas tecnologias ao sistema financeiro brasileiro, além de uma maior oferta de serviços com preços competitivos para a população (CORAZZA; OLIVEIRA, 2007).

Esta liberalização também permitiu que alguns dos bancos brasileiros se instalassem em outros países, baseados em acordos bilaterais e nos princípios de reciprocidade. Acreditava-se que com a internacionalização do sistema bancário brasileiro, iria melhorar a qualidade dos serviços, que seriam introduzidas novas tecnologias, e que aumentaria a eficiência do sistema financeiro. Todavia segundo Carvalho (2002) , pelo menos no caso do Brasil, a expansão das atividades dos bancos estrangeiros no mercado doméstico não resultou em qualquer melhoria significativa. No entanto a entrada dos bancos estrangeiros viabilizou uma maior concorrência entre os bancos, sendo que os nacionais puderam se posicionar fortemente.

Após a adoção do plano real em 1994, o país passou por um processo de estabilização da economia, por meio do controle da inflação. Até esse período, os bancos obtiveram um bom desempenho, através das receitas obtidas com a alta inflação.

Depois do processo de estabilização ocorrido com o Plano Real, os bancos deixaram de auferir grande parte dos ganhos proporcionados pela alta inflação, e passaram a aumentar suas operações com crédito para compensar as receitas que deixaram de ter com a estabilização.

Porém nesse mesmo período, os reflexos da crise ocorrida no México fizeram com que o país adotasse políticas contracionistas. O Banco Central aumentou a taxa de juros, o que prejudicou muito as operações de expansão do crédito dos bancos, tornando o comportamento dos bancos mais avessos ao risco, visto que o aumento das taxas de juros contribuiu com uma maior inadimplência.

Diante de um cenário de mudanças como este, insolvência de alguns bancos e menor possibilidade de ganhos gerados pela inflação, tudo indicava a possibilidade de uma crise bancária sistêmica. Como forma de evitar essa crise, o governo, através da criação do Programa de Estímulo a Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), criou incentivos para a aquisição dos bancos insolventes, inclusive por parte de bancos estrangeiros. Estes foram beneficiados com menores restrições de capital mínimo, através da Resolução nº 2.212, de 16/11/1995, que diminuía a quantidade de capital mínimo para as instituições estrangeiras, que antes era o dobro do exigido para os bancos nacionais. Desta forma o processo de aquisições favoreceu a entrada de capitais externos no Brasil.

A decisão de aceitar uma maior participação dos bancos estrangeiros na economia doméstica não foi um passo consciente e planejado para abrir o setor financeiro, mas sim uma solução rápida encontrada pelo Banco Central e pelo Ministério das Finanças para lidar com a crescente lista de bancos sob intervenção, causado pelo Plano Real de 1994 (CARVALHO, 2002).

Essa decisão foi tomada em um momento de fragilidade para a economia brasileira que já estava sofrendo com a contração de liquidez, e intensificou-se mais devido a implementação de políticas restritivas em resposta aos impactos da crise no México (FREITAS, 1999, apud CORAZZA; OLIVEIRA, 2007).

Ainda segundo Corazza e Oliveira (2007) “o PROER permitiu uma verdadeira reestruturação do sistema financeiro nacional”, pois no período de 94 a 98 houve 62 alterações de controle acionário, 33 incorporações, e 44 liquidações de instituições financeiras no Brasil, sendo que dessas alterações, as principais foram a aquisição

do Banco Nacional pelo Unibanco, o Banco Econômico pelo Banco Excel e o Banco Bamerindus pelo HSBC, que naquela época eram os maiores bancos brasileiros.

A compra do Banco Bamerindus pelo HSBC foi uma grande surpresa, pois até então nenhum banco insolvente havia sido adquirido por uma instituição estrangeira.

Os bancos públicos também foram reestruturados, em especial os Bancos Estaduais, que em alguns casos estavam apresentando resultados desfavoráveis, devido à problemas de gestão, custos operacionais elevados e ocorrência de fraudes. O Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual (PROES) foi adotado como forma de reduzir a presença do setor público estadual na atividade bancária, sendo assim esses bancos poderiam ser privatizados, extintos ou transformados em agências de fomento. (CORAZZA; OLIVEIRA, 2007)

Ao longo de sete anos, desde 1997 até o ano de 2005, doze bancos públicos foram privatizados. O Bradesco adquiriu seis instituições, BANEBA, CREDREAL, BEA, BEM e o BEC, o Itaú comprou 4, o BANERJ, BEMGE, BANESTADO e o BEG. O ABN Amro, ficou com o BANEPE e o PARAIBAN e o Santander que adquiriu o BANESPA.

Os programas do governo para evitar que o país viesse de fato a enfrentar uma crise sistêmica, foram bem sucedidos, e proporcionou a abertura do sistema financeiro brasileiro. Todavia, este processo levou a uma maior concentração bancária, pois inúmeras instituições de pequeno porte foram extintas, outras incorporadas e algumas foram absorvidas por instituições estrangeiras. (CORAZZA, 2001)

Até a estabilização que o Plano Real trouxe ao país, o Brasil, assim como os países latino americanos, era conhecido como tendo uma economia instável, e com uma regulação bem forte, o que não atraía os bancos estrangeiros. Após o período de estabilidade que o plano real proporcionou, e aos programas PROES e PROER, muitos países, principalmente os Europeus, tiveram grandes incentivos a se instalarem no Brasil.

A forma de ingresso sugerida pelo Banco Central foi que as instituições estrangeiras participassem do saneamento do sistema financeiro nacional, adquirindo créditos das instituições em processo de liquidação. Na visão do governo, essa condição traria benefícios a todos os envolvidos, pois o pedágio cobrado não era considerado tão alto, a ponto de inviabilizar a entrada de bancos estrangeiros, já que estas instituições tinham como objetivo ampliar sua presença no mercado nacional e acumular expressivos lucros. A resposta a esta abertura foi uma forte entrada de novos bancos

estrangeiros no país, a qual teve impacto significativo sobre o setor bancário brasileiro, fortalecendo a concentração e acirrando a concorrência no interior do sistema. (CORAZZA; OLIVEIRA, 2007, p.12).

Com todo esse incentivo à entrada dos bancos estrangeiros, muitos bancos nacionais, inclusive alguns grandes bancos da época, foram adquiridos por instituições internacionais, como o Bamerindus, que foi adquirido pelo HSBC, o Banespa pelo Santander e Banco Real pelo ABN Amro. A entrada dos bancos estrangeiros no Brasil contribuiu para um sistema mais concentrado, e também para que houvessem fusões de instituições nacionais que se uniram para poder competir com bancos estrangeiros. Acreditava-se, segundo a Exposição de Motivos 311, que essas instituições trariam para o país maior eficiência, novas tecnologias entre outras vantagens.

Todavia, esse processo de fusões e aquisições, não parou no início da década de 2000. As mais recentes incorporações ocorreram com o Banco do Brasil adquirindo a Nossa Caixa, e a Votorantim, e a Caixa Econômica Federal que adquiriu o banco Panamericano. Entretanto, as mais significativas incorporações ocorreram com a junção do Santander com o ABN Amro, e do Itaú com o Unibanco.

Segundo Folha.com, no dia 03 de Novembro de 2008 o Itaú e o Unibanco anunciaram a fusão de suas operações, juntos eles formaram o maior banco no Brasil, além do maior grupo financeiro do hemisfério sul.

A fusão do Santander e do ABN Amro, foi autorizada pelo Banco Central no dia 22 de Julho de 2008, sendo que o anúncio da fusão ocorreu em outubro de 2007. Segundo o Jornal O Estadão, com a fusão, o Banco passa a fazer parte do ranking dos maiores bancos no Brasil.

TABELA 1 – PRINCIPAIS FUSÕES E AQUISIÇÕES BANCÁRIAS ENTRE 2000 e 2010

Instituição compradora	Instituição adquirida	Data da negociação
Santander	Meridional	fev/00
Unibanco	Credibanco	fev/00
HSBC	Banco CCF	jul/00
Unibanco	Banco Bandeirantes	jul/00
Itaú	Banestado	out/00
Santander	Banespa	nov/00
Bradesco	Boavista Interatlântico	dez/00
Unibanco	Banco Fininvest	dez/00
Unibanco	Banco Investcred	ago/01
ABN AMRO	Paraiban	nov/01
Itaú	BEG	dez/01
Bradesco	Mercantil de São Paulo	jan/02
Bradesco	Banco Cidade	fev/02
Itaú	BBA Creditanstalt	nov/02
Itaú	Banco Fiat	dez/02
Bradesco	Banco BBV Brasil	jan/03
ABN AMRO	Banco Sudameris	abr/03
HSBC	Lloyds Tsb	out/03
Bradesco	Banco Zogbi	nov/03
Unibanco	Creditec Financeira	nov/03
Unibanco	BNL do Brasil	jul/04
HSBC	Banco Matone	nov/04
Bradesco	Banco Estado Do Ceara	dez/05
Itaú	BankBoston	mai/06
Bradesco	BMC	jan/07
Santander	ABN AMRO	out/07
Banco do Brasil	Nossa Caixa	nov/08
Itaú	Unibanco	nov/08
Banco do Brasil	Votorantim	jan/09
Bradesco	Ibi	jun/09
Caixa Economica Federal	Panamericano	dez/09

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Riskbank

Na tabela acima, encontra-se as principais fusões e aquisições ocorridas na década de 2000.

Todo esse processo de fusões e aquisições, como já foi dito anteriormente contribuiu para um sistema financeiro concentrado. Segundo dados do Banco Central, no ano de 2010, 68% dos ativos totais do Sistema Financeiro Nacional pertenciam a apenas seis bancos: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú,

Bradesco, Santander e HSBC. Na tabela abaixo segue as participações desses bancos no total dos ativos do SFN no período de 2000 a 2010.

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DOS ATIVOS ENTRE 2000 – 2010

Bancos/ Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
BB	0,14	0,15	0,16	0,17	0,16	0,15	0,15	0,14	0,15	0,19	0,18
CEF	0,13	0,09	0,10	0,11	0,10	0,11	0,10	0,10	0,09	0,09	0,09
BRADESCO	0,09	0,09	0,10	0,11	0,10	0,10	0,11	0,11	0,12	0,12	0,13
ITAU	0,07	0,07	0,09	0,08	0,09	0,09	0,10	0,11	0,19	0,16	0,16
SANTANDER	0,03	0,05	0,04	0,04	0,05	0,05	0,05	0,05	0,10	0,09	0,09
HSBC	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03
Total dos 6 bancos no SFN	0,48	0,48	0,51	0,54	0,52	0,53	0,54	0,53	0,69	0,69	0,68

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Desde o início do processo de internacionalização, os bancos foram caminhando em direção a uma concentração bancária. Isso pode ser visto analisando os valores no início da década de 2000 em comparação aos dados de 2010. A participação dos ativos dos bancos públicos foi constante, em torno de 25% a 30% durante a década. Já a participação dos bancos estrangeiros e dos privados nacionais, cresceu devido às fusões e aquisições que ocorreram desde o lançamento dos programas PROER e PROES. Esses bancos, ao longo do período analisado, foram incorporando outros, como já citado anteriormente a respeito da incorporação do Unibanco pelo Itaú e ABN Amro (Real) pelo Santander. Desta forma no final de período analisado, para os seis bancos, houve um aumento de 20% da participação destes no total dos ativos do SFN evidenciando uma maior concentração do Sistema Financeiro Nacional.

Diante disso, tem-se um panorama da situação atual em que os bancos se encontram no Brasil. A internacionalização conduziu a um sistema concentrado em que os bancos internacionais não se posicionaram como se esperava no início desse processo.

De que forma a entrada de bancos estrangeiros afetou o comportamento dos bancos já existentes em termos de inovações financeiras, alavancagem e preferência pela liquidez? A crise financeira provocou efeitos diferentes sobre o comportamento dos bancos conforme a propriedade do capital? Questionamentos como estes serão abordados na próxima sessão, de forma a evidenciar que as instituições estrangeiras que vieram para fazer a diferença, não se comportaram de tal modo.

4 INDICADORES DOS BANCOS

Nesta sessão, serão abordados alguns índices dos seis maiores bancos em operação no Brasil: Índice de Eficiência, Índice de Liquidez, Índice de Rentabilidade, e o Indicador de Alavancagem.

Os valores usados para o cálculo dos indicadores de Eficiência e Liquidez foram obtidos através dos Balanços Patrimoniais dos bancos disponíveis no site do Banco Central. O cálculo do índice de Rentabilidade e do Grau de alavancagem foi feito com base nas informações contábeis dos 50 maiores bancos, também disponível no web site desta instituição.

O objetivo na elaboração dos indicadores dos bancos é verificar se existem disparidades entre os seis maiores bancos no Brasil, além de analisar como esses bancos se comportaram no período de 2000 a 2010, período este que contemplou a eclosão da crise de 2008. A principal questão deste trabalho, é entender o porquê não se desenvolveu uma crise financeira tal qual a americana ou a europeia aqui no Brasil.

Para efeitos de comparação, os bancos serão separados em três categorias: bancos públicos – Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal ; bancos privados – Bradesco e Itaú e bancos estrangeiros – Santander e HSBC.

4.1 ÍNDICE DE EFICIÊNCIA

Este índice foi baseado nos indicadores que os órgãos reguladores do sistema bancário utilizam. O cálculo deste índice foi feito com base nos valores das provisões para devedores duvidosos em relação ao total de empréstimos.

Este indicador é uma aproximação bastante grosseira para a gestão da qualidade de risco. (MOGUILLANSKY *et al.*, 2004)

Valores mais próximo de 0 evidenciam que as instituições financeiras estão fazendo uma boa gestão de riscos. E quanto mais próximos de 1 mais arriscados estão, pois grande parte dos empréstimos feitos não estão sendo pagos.

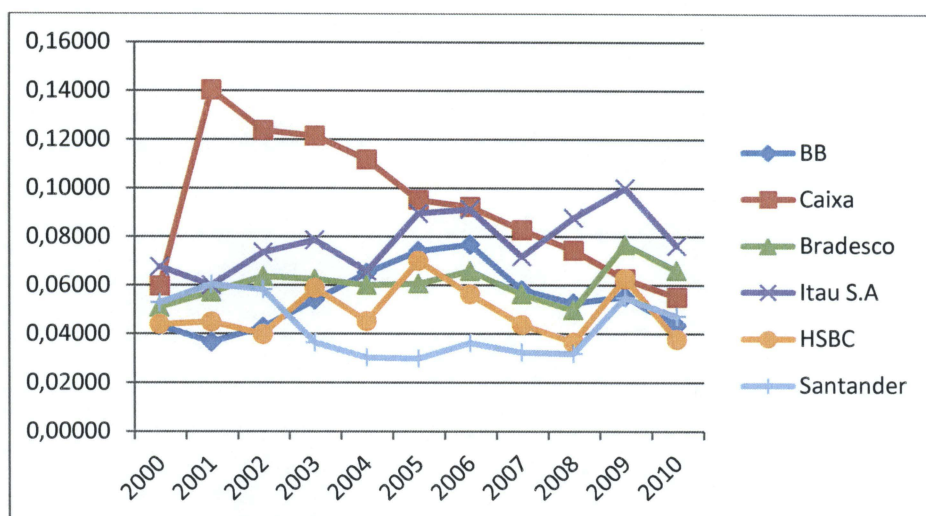


GRÁFICO 1 – ÍNDICE DE EFICIÊNCIA – 2000-2010

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

De uma forma geral, os bancos apresentaram índice baixo de eficiência, uma vez que na média dos anos analisados eles ficaram em torno de 6%, o que evidencia uma boa gestão de riscos. Entretanto, ao contrário do esperado, alguns bancos apresentaram uma elevação da taxa de créditos duvidosos nos períodos críticos de 2002-2003 e 2008.

Dos bancos analisados, a Caixa foi a que obteve índices maiores, se comparados aos demais bancos para os anos de 2001 a 2004. Contudo convergiu para a média dos bancos rapidamente, atingindo o mesmo patamar ao final do período. Em sentido oposto, o Itaú apresentou um crescente aumento desse índice a partir de 2001, finalizando em 2010 com um valor superior ao da Caixa. Todavia, exceto para a CEF no período de 2000 a 2004, não existe muita divergência no comportamento dos bancos com relação ao risco enfrentado por parte do não pagamento dos empréstimos. O período de menor eficiência da CEF, pode ser explicado pelo fato desse banco ter passado por uma reestruturação patrimonial em 2001. Segundo nota divulgada pelo ministério da Fazenda em junho de 2001, esta reestruturação aumentou as provisões para devedores duvidosos para os créditos habitacionais. (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2001)

4.2 ÍNDICE DE LIQUIDEZ

O indicador de Liquidez usado neste levantamento foi calculado através da diferença entre o total de créditos e as provisões para devedores duvidosos em relação ao total dos depósitos.

Segundo Moguillansky *et al.*(2004,p.9) quanto maior essa diferença, maior é o risco que o banco incorre, e quanto menor essa diferença, mais segura é a estratégia do banco. Desta forma, quanto mais o banco emprestar em relação o total de depósitos, menos liquido o banco estará, ou seja, quanto maior o índice, mais arriscada é a postura do banco.

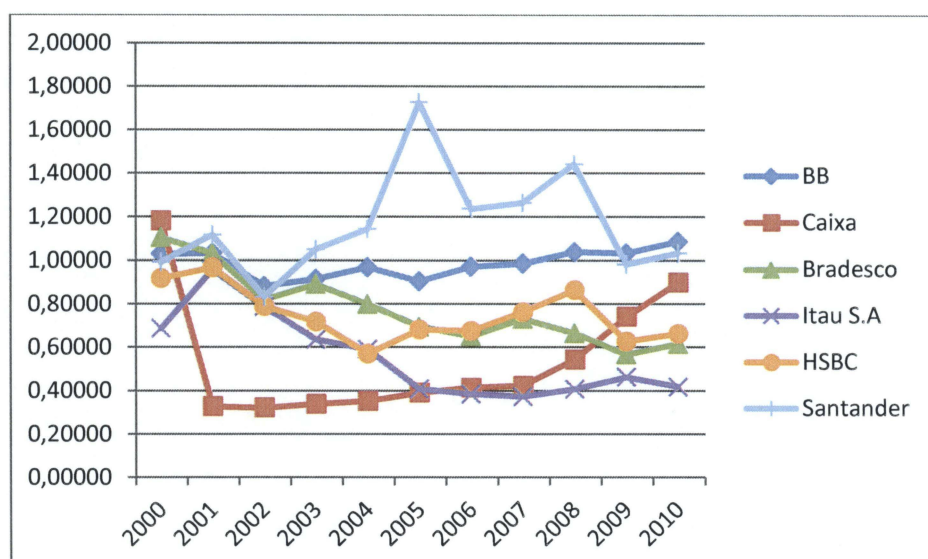


GRÁFICO 2 – ÍNDICE DE LIQUIDEZ – 2000-2010

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

De uma forma geral, os bancos apresentaram em média, um índice de liquidez baixo, em torno de 8%, refletindo uma postura menos arriscada. Entretanto alguns bancos divergiram dessa postura avessa ao risco no período analisado, foram eles: Santander e o Banco do Brasil. A Caixa, no início de 2000 teve um índice bem abaixo da média, porém nos anos seguintes convergiu para a média dos bancos. Esse fato refletiu uma maior provisão para devedores duvidosos adotada pela Caixa. Bradesco, Itaú e HSBC tiveram oscilações, todavia pode-se considerar que esses bancos adotaram uma estratégia mais segura se comparado ao conjunto do sistema.

A maior participação dos bancos estrangeiros no sistema financeiro brasileiro, não foi a que se esperava. No início da internacionalização acreditava-se que os bancos estrangeiros seriam mais inovadores e que emprestariam mais, porém como se percebeu no gráfico acima, que apenas o Santander em alguns períodos foi mais expressivo nos empréstimos, adotando posturas mais *ponzi* porém no final do período analisado já havia adotado comportamento mais avesso ao risco, semelhante aos demais bancos, assim como o HSBC.

4.3 ÍNDICE DE RENTABILIDADE

O índice de rentabilidade utilizado neste trabalho foi o de rentabilidade patrimonial, calculado pela proporção do lucro líquido sobre o patrimônio líquido.

Segundo Vasconcelos e Fucidi, (2003) “Esse indicador constitui-se em uma forma de avaliar a rentabilidade e a taxa de retorno para os acionistas da instituição bancária, ou seja, a capacidade que a instituição tem de, administrando seus ativos e passivos, gerar renda para os proprietários de seu capital”.

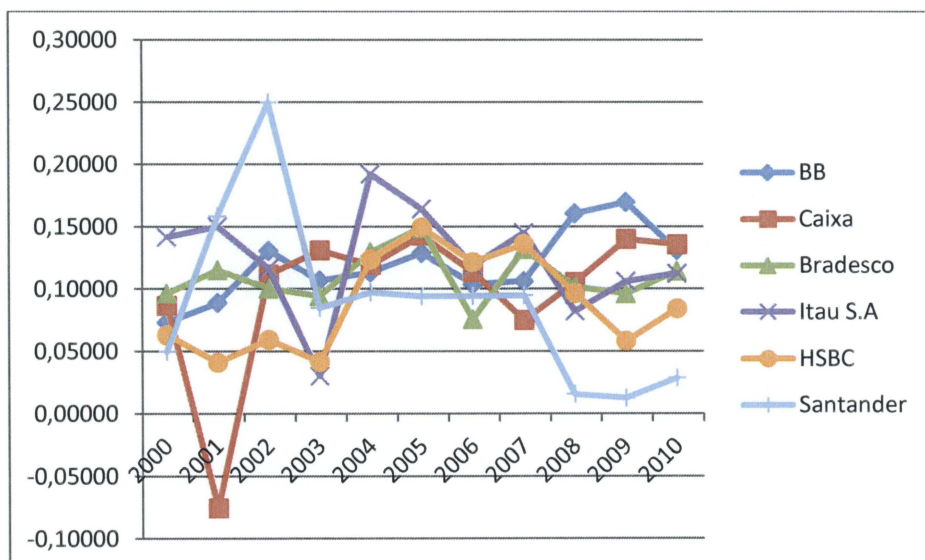


GRÁFICO 3 – ÍNDICE DE RENTABILIDADE – 2000-2010

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

No início do período analisado percebe-se um comportamento semelhante na maioria dos bancos que apresentaram um grau de rentabilidade em torno de 10% na média. Destaca-se o comportamento desviante do Santander que apresentou uma

alta rentabilidade em 2002, que pode ser reflexo da compra do Banespa, e que nos anos seguintes teve uma grande queda, finalizando em 2010 com a menor rentabilidade. O Santander parece ter sido afetado muito mais seriamente pela crise de 2008 que afetou os bancos europeus, em especial os espanhóis. Esse comportamento de queda após 2008 também se verifica no HSBC.

A CEF, após um período de baixa rentabilidade em 2001 causada pela elevação das provisões para créditos habitacionais, teve uma trajetória de aumento da rentabilidade, junto com o Banco do Brasil. Isso pode ser visto pela alta rentabilidade no último ano da análise.

A rentabilidade para os bancos públicos ultrapassou a dos bancos privados após o período da eclosão da crise de 2008. Esse fato pode ser explicado pois esses bancos em tempos de crise, expandem seus créditos inclusive para bancos privados. Durante o período da crise, os bancos públicos ficaram mais fortes, pois emprestaram mais. Como a economia brasileira não foi gravemente afetada, pois nos momentos que sofreu o impacto da crise, se recuperou rapidamente, já que as pessoas e empresas que haviam tomado emprestado, honraram com seus compromissos. Este fato contribuiu com uma rentabilidade elevada para os bancos públicos.

Os bancos privados, embora tenham ficado atrás dos públicos em 2010, tiveram aproximadamente 11% de rentabilidade, enquanto que os bancos públicos ficaram em média com 13%. Já os estrangeiros HSBC e Santander finalizaram o período com 8% e 3% respectivamente.

Após o início da crise de 2008, percebe-se que há um aumento da rentabilidade para os bancos privados nacionais e públicos. Isso ocorreu devido algumas políticas adotadas como forma de prevenir um agravamento da crise no Brasil.

No Brasil desde a estabilização da economia com o plano real, os bancos investem muito em títulos do governo, dado que as altas taxas de juros proporcionam retornos elevados e risco nulo. As aplicações em títulos públicos representam 25% dos ativos dos bancos em média no período. Fatores como este colaboraram com a elevação na rentabilidade dos bancos nacionais a partir da crise de 2008.

4.4 GRAU DE ALAVANCAGEM

O Grau de alavancagem foi calculado através da diferença entre o total do passivo exigível e o patrimônio líquido, em relação ao próprio patrimônio líquido. Este indicador mostra a capacidade de uma instituição em girar mais dinheiro sem ter que aumentar na mesma proporção seu patrimônio líquido.

De acordo com Vasconcelos e Fucidi, (2003) quanto maior o grau de alavancagem, maiores são os riscos assumidos pelos bancos, o que pode torná-los insolventes caso o valor de seus ativos sofra uma grande queda.

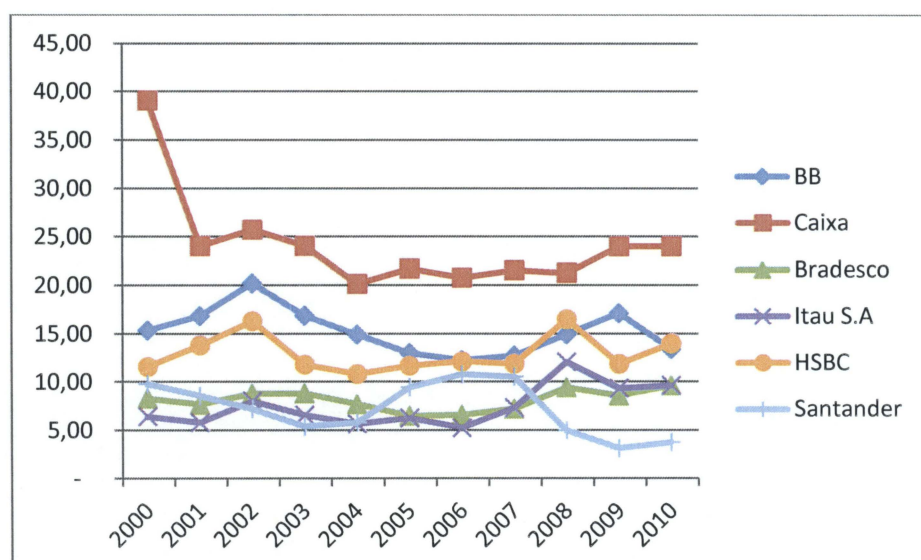


GRÁFICO 4 – INDICADOR DE ALAVANCAGEM – 2000-2010

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

De um modo geral, os bancos brasileiros não apresentam altos indicadores de alavancagem devido ao Banco Central exigir maior razão capital-ativo do que o exigido pelo Acordo de Basiléia. O Banco Central exige 11% de recursos próprios para financiar suas operações, enquanto que o Acordo de Basiléia exige apenas 8%. Desta forma, os bancos reduziram o limite de crédito, o que reduz a capacidade de alavancagem destes.

Os bancos públicos apresentam maior grau de alavancagem pois são eles que apoiam outros bancos quando estes estão em dificuldades. A Caixa Econômica Federal, foi à instituição financeira que apresentou maior grau de alavancagem, por

se tratar de uma instituição pública que apoia o governo nas políticas de créditos. Isso pode ser visto pelo fato do presidente do Banco Central naquela época, Guido Mantega ter enviado ao governo em 2009 uma proposta de edição de uma medida provisória que concederia um crédito de 6 bilhões de reais à Caixa Econômica Federal, medida esta que segundo o próprio Guido Mantega, iria ampliar o grau de alavancagem do ativo daquele Banco devido o aumento do seu patrimônio, além de minimizar o risco da Caixa Econômica Federal apresentar-se desenquadrada nos limites prudenciais estabelecidos pelos atos normativos do CMN (RECEITA FEDERAL, 2009).

O Santander, no início dos anos 2000 apresentou baixos índices de alavancagem, que pode ser explicado pelo fato dos bancos estrangeiros serem mais conservadores em períodos de crise, já que nesta época havia o período de instabilidade da troca do governo FHC para o governo Lula. Após esse período instável, essa instituição aumentou seu grau de alavancagem até o final de 2007 quando teve nova queda, e permaneceu até o final de 2010. Essa queda é justificada pelo período da crise econômica de 2008, em que os bancos europeus estão sendo muito impactados. Períodos de crise como este faz os agentes econômicos desejarem maior liquidez, reduzindo assim seu grau de alavancagem.

O HSBC divergiu desse contexto de aversão ao risco e teve uma alavancagem superior aos bancos privados nacionais (postura mais especulativa), no entanto quando se analisa o conjunto dos bancos brasileiros, este possui uma baixa alavancagem.

De acordo com Minsky, bancos que se alavancam mais tendem a auferir lucros maiores, todavia caminham de posturas especulativas em direção a posturas Ponzi, ou seja em direção a um sistema instável. Quando a economia atinge esse período de instabilidade, os agentes tornam-se mais avessos ao risco, ou seja, aumentam sua preferência pela liquidez.

A crise de 2008 que afetou o mundo, é claro que trouxe implicações para o Brasil, mas como se sabe, o governo adotou políticas diversas no sentido de estimular a economia para reagir contra a maré de crise que se espalhava pelo mundo.

O Fato do Banco central ser mais exigente que o acordo de Basileia na proporção de capital mínimo exigido aos bancos, impedem estes de alavancarem

excessivamente suas posições, impedindo ao máximo que os bancos caminhem em direção a estruturas frágeis.

5 CONCLUSÃO

A internacionalização ocorrida no Brasil pós estabilização resultou num sistema financeiro mais concentrado. Segundo o que se pregava na época, a entrada dos bancos estrangeiros no sistema financeiro brasileiro, iria proporcionar ao país um sistema financeiro mais eficiente e que traria novas tecnologias além de serem mais ousados em relação aos empréstimos.

O que ocorreu contudo, foi que os bancos nacionais frente a essa ideia, se “uniram” como forma de se defender dessa postura mais agressiva que se esperava dos bancos estrangeiros.

Desta forma pode se perceber, que os bancos estrangeiros não se comportaram como fora pregado, e sim adotaram uma postura mais parecida com a dos bancos nacionais. Como mostrou os indicadores analisados neste trabalho.

De modo geral, os bancos no Brasil se comportam de uma forma mais avessa ao risco, preferindo adotar uma postura de maior preferência pela liquidez . Segundo a terminologia de Minsky, pode se considerar que adotam posturas especulativas, visto que segundo este autor, os bancos comerciais não podem se enquadrar em posturas *hedge*. No entanto não se comportaram como Ponzi, pois estas posturas levam a fragilidade do sistema financeiro.

Percebeu-se que no momento mais instável do período analisado, o período que ocorreu a crise de 2008, os bancos nacionais ainda tiveram uma rentabilidade relativamente alta, principalmente os públicos, seguidos pelos nacionais. Os bancos estrangeiros tiveram uma rentabilidade menor que os demais devido ao grande impacto que a crise causou nos bancos europeus.

A alta rentabilidade é também significado da grande proporção dos investimentos em títulos do governo que os bancos no Brasil detêm. Estes investimentos são imunes ao risco e dada a alta taxa de juros vigente no Brasil, proporciona retornos elevados.

De acordo com a teoria de Minsky, os bancos que mais se alavancam são os que mais obtêm retorno de seus investimentos. Segundo a visão deste autor, todas as empresas independente das posturas que se enquadram podem vir a adotar posturas diferentes com o passar do tempo e de acordo com o comportamento da economia.

Bancos que se alavancam mais em tempos de estabilidade tendem a auferir grandes lucros, porém se os períodos mudam e a economia passa a caminhar em direção à instabilidade, esses bancos passam a caminhar em direção à fragilidade financeira, e possivelmente uma crise pode se estabelecer.

Percebeu-se no período analisado que os bancos no Brasil não se alavancam tanto, devido às políticas restritivas do Banco Central que restringe a capacidade de alavancagem dos bancos no Brasil o que reduz a capacidade de crédito destes.

O comportamento mais seguro dos bancos nacionais frente ao período mais crítico deste levantamento deve-se principalmente ao fato de os bancos presentes no Brasil não se alavancarem tanto quanto os demais, fato este que contribuiu para que o sistema financeiro brasileiro não fosse tão contaminado pela crise que afetou seriamente os bancos americanos e europeus.

Pode se concluir que os bancos brasileiros, principalmente os públicos “seguraram a onda”, já que os estrangeiros estavam sofrendo as consequências da crise que afetou seriamente seus países de origem. Este comportamento mais avesso ao risco dos bancos nacionais não permitiu que o país enfrentasse uma crise como a que os países europeus e os norte-americanos vivenciaram e ainda enfrentam.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Informações Cadastrais e Contábeis. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?infcadastro>> . Acesso em: 10 de Maio de 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Normas do CMN e do BC. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?NORMASBC>>. Acesso em 15 de Maio de 2012.

CARVALHO, F. J. C. . The recent expansion of foreign banks in Brazil: first results. Latin American Business Review, Nova York, v. 3, n. 4, p. 93-119, 2002.

CORAZZA, G. Crise e reestruturação bancária no Brasil. Revista Análise, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 21-42, 2001.

CORAZZA G ;OLIVEIRA R. Os Bancos Nacionais Face a Internacionalização do Sistema Bancário Brasileiro. Revista Analise Econômica, n.47, UFRGS, 2007.

KEYNES, J.M. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. 1ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Notas Oficiais 22/06/2001. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2001/r010622a.asp>> . Acesso em 15 de Junho de 2012.

MINSKY, H.P. Estabilizando uma Economia Instável. São Paulo: Novo Século, 2010.

MOGUILLANSKY, G; STUDART,R; VERGARA,S. Comportamiento paradójico de la banca extranjera en América Latina. Revista de la Cepal n 82. 2004.

PAULA, L.F.R. Teoria da Firma Bancaria Pós-Keynesiana. Um Enfoque Alternativo a Abordagem Neoclássica. In Anais do II Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo. 1997.

RECEITA FEDERAL. Medida provisória nº 470, de 13 de Outubro de 2009.

Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/MPs/2009/mp470.htm>>

Acesso em 20 de Junho de 2012

RISKBANK. Fusões e Aquisições. Disponível em: <<http://www.riskbank.com.br>>.

Acesso em 02 de Julho de 2012.

VASCONCELOS, M.R; FUCIDJI, J.R. Uma Avaliação dos Efeitos da Entrada de Bancos Estrangeiros no Setor Bancário Brasileiro. Revista Análise Econômica, n.39, ano 21, março. UFRGS.